

UFCD - 6218 GASTOS DE PRODUÇÃO

1. Componentes do custo de produção

1.1. Determinação do CIPA e do CIPV

Em linguagem corrente, é costume falar-se de custos de produto, de oficina, de fabricação e também de custos administrativos, diretos e indiretos, etc.

Daí que, ao ouvir falar de custos, seja indispensável saber claramente:

- De que "coisa" se quer conhecer o custo - se de um produto, de um ciclo de fabricação, de um centro de custo ou de um departamento, por exemplo;
- Quais os elementos que concorrem para a formação do custo, dado que o custo de uma coisa é sempre o somatório de vários custos elementares;
- Qual o período de tempo a que o custo é referido, já que o custo e os cálculos que lhe deram origem se podem referir a um tempo passado (custos verificados) ou, então, a um período futuro (custos previsionais).

A informação sobre custos é necessária para elaborar as demonstrações financeiras para fins externos, e é fundamental para o planeamento e para a tomada de decisões, ou seja, fixa um preço de venda, gerir uma carteira de produtos, lançar uma nova atividade, subcontratar a produção, etc. Por isso. É a finalidade da informação que exige diferentes definições e classificações de custo.

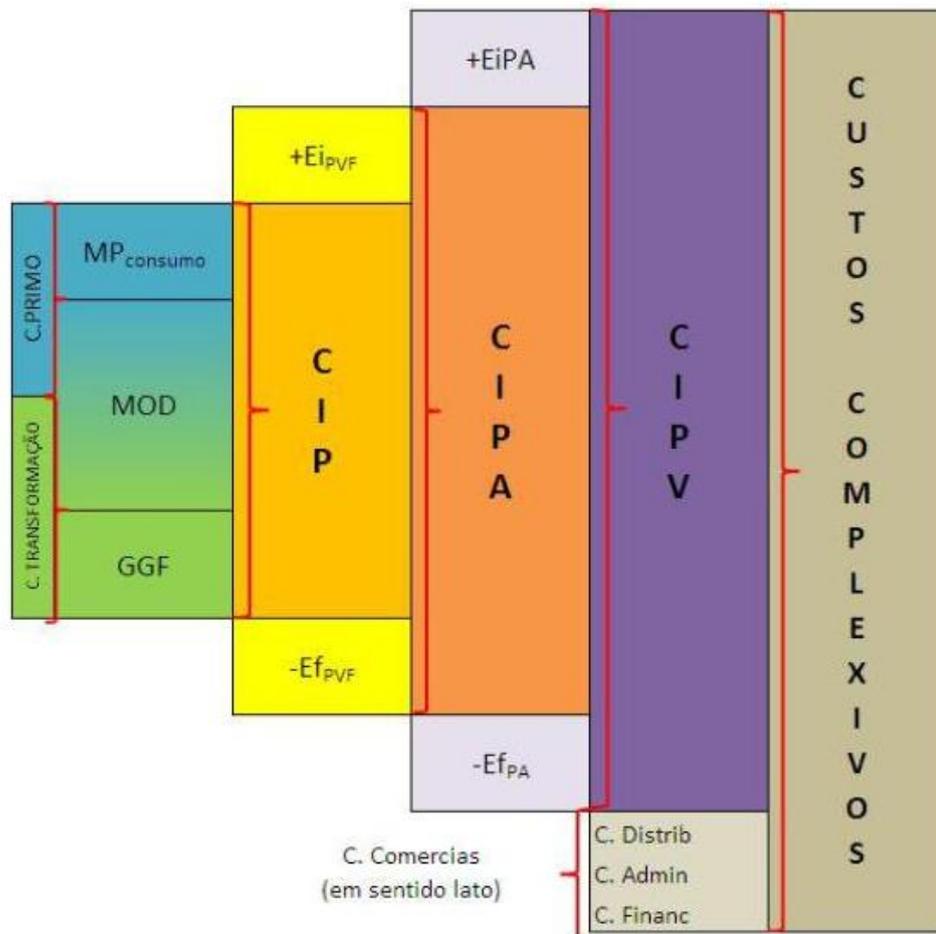
Na prática das empresas, frequentemente, fala-se de custos de produção, de fabricação, de fábrica, de oficina, de custos comerciais e administrativos, diretos e indiretos, variáveis e fixos. Entre outros.

Portanto quando se fala de custos é necessário determinar claramente de que objeto se pretende conhecer o custo (de um produto, de um departamento de produção, de um ciclo de fabricação, de um centro de custo, de uma atividade) e quais os elementos que concorrem para a formação do mesmo.

O custo de determinado objeto é dado pela adição de diversos custos elementares. Este facto determina que se obtenham diversas configurações de custos ou diversos níveis de custeio.

Um custo, em geral, ou um custo contabilístico, em particular, pode definir-se pelas suas componentes e pelo modo como elas se ordenam e relacionam, isto é, pode definir-se por uma estrutura de custos.

O Custo Industrial de Produção (CIP) é constituído por 3 principais componentes: Matéria-prima, Mão-de-Obra Direta e Gastos Gerais de Fabrico.



Matéria-Prima (MP): $Ei_{MP} + (\text{Compras} + \text{Custos de compras} - \text{Devoluções} - \text{Descontos Comerciais}) - Ef_{MP}$

Mão-de-Obra Direta (MOD): Salários dos Operários + Custos Sociais

Gastos Gerais de Fabrico (GGF): $Ei_{\text{Materiais Indiretos}} + \text{Compras Materiais Indiretos} - Ef_{\text{Materiais Indiretos}} + \text{MOI} + \text{Outros custos de produção indiretos (energia elétrica, amortizações dos equipamentos, das máquinas e do edifício industriais, etc.)}$

NOTA: Materiais Indiretos inclui Matérias Subsidiárias e/ou Materiais Diversos

O **Custo Industrial da Produção Acabada (CIPA)** corresponde aos custos industriais que ocorreram durante o período (CIP), acrescentando o valor de produção não acabada (PVF) existente no início do período e retirando o valor de produção não acabada do fim do período.

O **Custo industrial da Produção Vendida (CIPV)** resulta de aos custos industriais incorporados nos produtos (CIPA), acrescentarmos o valor de produção acabada (PA) existente no início do período e retirando o valor de produção acabada do fim do período.

O **Custo Complexivo** obtém-se somando ao Custo industrial da Produção Vendida (CIPV), os Custos Não Industriais: Custos de Distribuição, Custos Administrativos e Custos Financeiros.

Legenda:

Ei – Existências Iniciais

Ef - Existências Finais

C. Primo: Custo das Matérias-Primas e Mão-de-Obra Direta

C. Transformação: Custo da Mão-de-Obra Direta e dos Gastos Gerais de Fabrico

MOI – Mão-de-obra Indireta

Objetivos da determinação de custos

Com a determinação dos custos pretende-se essencialmente cumprir três objetivos:

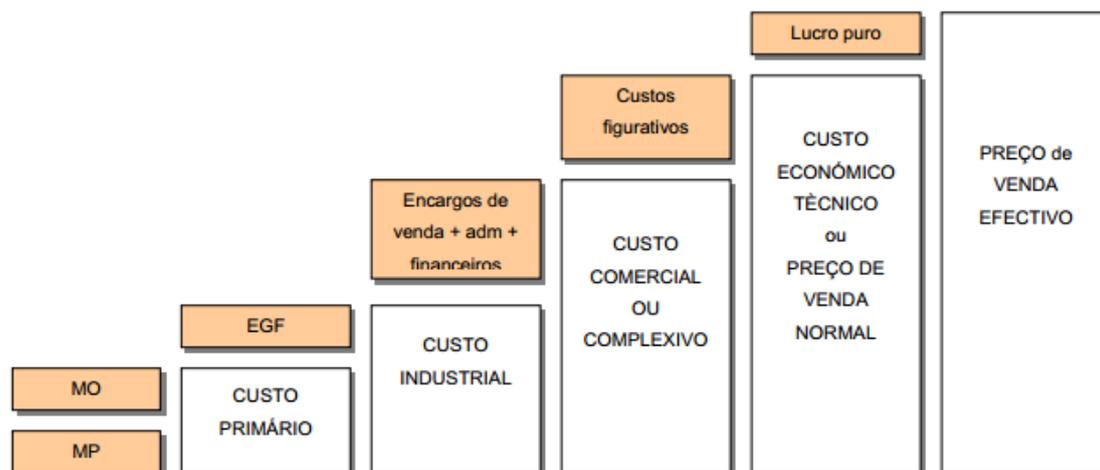
definir preços de venda, fornecer elementos para o apuramento das existências e, ainda, disponibilizar informação para a gestão.

Há, ainda, outro aspeto importante associado ao cálculo dos custos: a identificação e concretização de medidas que os permitam reduzir.

Ao nível da formação dos preços

A formação dos preços está intimamente relacionada com as noções de custo.

A Figura apresenta os diferentes conceitos de custo assim como o seu processo de construção. São mencionados, ainda, outros conceitos que é importante clarificar quanto ao seu significado.



Assim, os custos figurativos são compostos por três elementos: a remuneração do capital próprio (pelo custo de oportunidade), o salário da direção ou empresário (também pelo seu custo de oportunidade) e o prémio de risco (sendo que este depende da natureza da empresa e do sector de atividade).

Se o preço de venda real for superior ao preço de venda normal, cobertos os custos de produção e figurativos, obtém-se um lucro puro (no sentido dado pelos economistas).

Ao nível da valorimetria da produção o custo é um elemento nuclear ao nível da valorimetria dos materiais utilizados na produção. Para as entradas, a solução é simples, bastando adotar o preço de custo.

Para as saídas podem ser usados vários critérios: first in first out (FIFO), o custo médio (ponderado), o valor corrente ou ainda um custo padrão. Segundo o critério FIFO os materiais são valorizados aos preços mais antigos.

Exemplificando. O armazém de uma determinada empresa recebe duas encomendas de materiais. Na primeira são recebidas 100 unidades físicas a um preço unitário de 10 u.m. e na segunda 50 unidades físicas a 12 u.m. cada. Se uma determinada encomenda implicar a utilização de 120 unidades, o custo de matérias que lhe será atribuído será diferente consoante o método utilizado.

Segundo o critério FIFO, o custo em matérias será de 1240 u.m.. As primeiras 100 unidades são valorizadas ao preço mais antigo e as restantes 20 são “retiradas” da segunda encomenda com um custo unitário de 12 u.m. ($100 \times 10 + 20 \times 12$).

Qualquer unidade que seja utilizada destas duas encomendas será valorizada a 10,66 u.m. e a produção das 120 unidades implicaria um custo em materiais de 1280 u.m..

Apesar de se tratar do mesmo produto, passando pelos mesmos processos, a simples adoção de um critério diferente resulta num custo diferente. A valorização das existências está relacionada com a valorização da própria produção.

Porém, o custo total incorrido pela empresa (produção e existências em conjunto) terá que ser igual nos dois casos, conforme se mostra no Quadro.

MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS

	Produção	Existências	Total
FIFO	1240	360	1600
Custo Médio	1280	320	1600

Se o saldo de existências no final do período for nulo, os custos (em termos globais) do produto serão iguais e o resultado da empresa também, apesar de se verificarem discrepâncias na análise dos produtos entre si.

Portanto, nem neste caso a adoção destes critérios é neutra face ao custeio do produto. O critério do valor corrente, não suscita dúvidas visto que apenas saem os materiais que foram adquiridos e portanto basta considerar o seu custo de aquisição e outros que lhe estejam associados.

Adotando-se o critério do custo padrão, as existências são valorizadas segundo um custo definido à priori, neste caso o custo padrão dos materiais.

Ao nível da informação para a gestão da empresa

No que diz respeito à gestão da empresa, a informação sobre custos possibilitará fiscalizar os gastos efetivos, realizar cálculos prospetivos, orçamentar, regular a produção, definir a política de investimentos, a política de vendas a política de compras e ainda a gestão das existências.

Ao nível da redução dos custos, podem ser implementadas uma série de medidas a diferentes níveis, nomeadamente ao nível das matérias-primas e subsidiárias, ao nível da mão-de-obra e, ainda, ao nível dos gastos gerais de fabrico.

O custo com matérias-primas e subsidiárias pode ser reduzido, entre outras, das seguintes formas: na escolha dos materiais, na otimização dos processos de fabrico, na redução de stocks, na contenção de custos de aprovisionamento e no aumento da eficiência ao nível do consumo e aproveitamento dos resíduos.

No que concerne à mão de obra, esta poderá ter os seus custos mais reduzidos, fazendo-se uma melhor seleção do pessoal, investindo na formação, melhorando o planeamento do trabalho, criando incentivos à produção, melhorando as ferramentas empregues, organizando mais eficientemente os processos e fiscalizando e controlando o trabalho.

Os gastos gerais podem ser reduzidos através: **a)** da elaboração de orçamentos e de uma maior discriminação dos gastos, **b)** da realização de análises e comparações, **c)** da elaboração e acompanhamento das informações estatísticas e **d)** de um maior controlo e de uma maior fiscalização.

A heterogeneidade dos gastos gerais de fabrico assim como as dificuldades de imputação destes aos objetos de custo sempre mereceram grande importância por parte da literatura e das próprias empresas.

1.2. Determinação do custo total e dos resultados

Relativamente ao apuramento do custo da produção, vai-se identificar os custos que são dos produtos e os que são atribuídos à atividade. Assim sendo, poder-se-á valorizar o custo da produção segundo três sistemas de custeio, a saber:

Custeio Total

Os custos dos produtos são integralmente custos de produção.

Custeio Direto ou Variável

Apenas os custos variáveis são custos da produção. Os custos fixos são custos do período, e por isso, relativos à atividade.

Custeio Racional

São considerados como custos dos produtos os custos variáveis e uma percentagem dos custos fixos, sendo esta dada pela proporção entre a Produção Efetiva e a Produção Normal.

Esta última produção é entendida como a quantidade de produto obtido na unidade industrial em condições de normalidade.

Concretizando estes conceitos, considere-se um processo não segmentado e de produção uniforme, em que o regime de incorporação de fatores é caracterizado pela introdução pontual de 60% da matéria-prima no início do segmento e dos restantes 40% no ponto 0,5 do processo produtivo, bem como pela integração linear da mão-de-obra direta e dos encargos gerais de fabrico variáveis e fixos ao longo do processo.

Adicionalmente sabe-se que as vendas correspondem a 2.000 unidades a 40 u.m. cada unidade, que o stock final de produtos acabados é de 100 unidades e que o stock final de produtos em curso de fabrico é de 400 unidades físicas com um coeficiente de acabamento de 80%.

Assume-se também que a produção normal é de 3.025 e que os custos dos fatores incorporados são os seguintes:

- Matérias-Primas: 17.500
- Mão-de-Obra Direta: 12.100
- Encargos Gerais de Fabrico Variáveis: 10.890
- Encargos Gerais de Fabrico Fixos: 8.470
- Encargos de Administração e Comercialização Variáveis: 10.000
- Encargos de Administração e Comercialização Fixos: 6.000

Pretende-se apurar os resultados utilizando os diferentes sistemas de custeio.

Ter-se-á que efetuar o cômputo da produção efetiva e calcular os custos unitários para cada fator de produção.

A Produção Terminada e a Produção Efetiva serão assim determinadas:

$$Pt = Pv + Sfpa - Sipa$$

$$Pt = 2.000 + 100 = 2.100$$

$$Pe = Pt + Sfpcf - sipcf$$

$$Pe\ mp = 2.100 + 400 = 2.500$$

$$Pe\ mod, egfv, egff = 2.100 + 0,8 * 400 = 2.420$$

Após a obtenção das produções, poder-se-á calcular os respetivos custos unitários, efetuando a divisão dos Custos Totais pela Produção efetiva:

Factores	Custos Totais	Produção Efectiva	Custos Unitários
MP	17.500	2.500	7
MOD	12.100	2.420	5
EGFV	10.890	2.420	4,5
EGFF	8.470	2.420	3,5

Assim sendo os custos unitários considerados conforme o sistema de custeio vigente são os seguintes:

- **Custeio Total: 20**

- **Custeio Direto:** 16,5

- **Custeio Racional:** custo unitário variável + (Pe / PN) * custo unitário dos EGFF

$$= 16,5 + (2.420 / 3.025) * 3,5 = 16,5 + 2,8 = 19,3$$

Representando graficamente, ter-se-á:

Custeio total

D	MP	C
17.500		17.500

D	MOD	C
12.100		12.100

D	EGFV	C
10.890		10.890

D	EGFF	C
8.470		8.470

D	EACV	C
10.000		

D	EACF	C
6.000		

D	LABORAÇÃO	C
17.500		42.000
	12.100	
	10.890	
	8.470	6.960
	48.960	48.960

D	PRODUTOS FABRICADOS	C
42.000		40.000
		2.000
42.000		42.000

D	CPV	C
40.000		

Custeio direto

D	MP	C
17.500		17.500

D	MOD	C
12.100		12.100

D	EGFV	C
10.890		10.890

D	EGFF	C
8.470		

D	EACV	C
10.000		

D	EACF	C
6.000		

D	LABORAÇÃO	C
17.500		34.650
	12.100	
	10.890	5.840
	40.490	40.490

D	PRODUTOS FABRICADOS	C
34.650		33.000
		1.650
34.650		34.650

D	CPV	C
33.000		

Custeio racional

D	MP	C	D	LABORAÇÃO	C
	17.500	17.500		17.500	40.530
D	MOD	C		12.100	
	12.100	12.100		10.890	
D	EGFV	C		6.776	6.736
	10.890	10.890		47.266	47.266
D	EGFF	C			
	8.470	6.776			
		1.694			
D	EACV	C			
	10.000	10.000			
D	EACF	C		RESULTADOS	
	6.000	6.000		1.694	
D	PRODUTOS FABRICADOS	C	D	CPV	C
	40.530	38.600		38.600	
		1.930			
	40.530	40.530			

E os resultados associados aos referidos sistemas serão os seguintes:

Descrição	C. Total	Descrição	C. Racional	Descrição	C. Directo
Vendas	80.000	Vendas	80.000	Vendas	80.000
(CPV)	(40.000)	(CPV)	(38.600)	(CPV)	(33.000)
M. Bruta	40.000	M. Bruta	41.400	(EACV)	(10.000)
(EACV)	(10.00)	(C. não Incorp.)	(1.694)	M. Contribuição	37.000
(EACF)	(6.000)	(EACV)	(10.000)	EGFF	(8.470)
Resultado	24.000	(EACF)	(6.000)	EACF	(6.000)
		Resultado	23.706	Resultado	22.530

As diferenças dos valores dos resultados reflectem-se na variação de stocks, isto é, na seguinte soma: S_{fpa} + S_{fpcf}, como passar-se-á a demonstrar:

1) Custeio Total – Custeio Racional:

$$(6.960 + 2.000) - (6.736 + 1.930) = 8.960 - 8.666 = 294$$

2) Custeio Racional – Custeio Direto:

$$(6.736 + 1.930) - (5.840 + 1.650) = 8.666 - 7.490 = 1.176$$

3) Custeio Total – Custeio Direto:

$$(6.960 + 2.000) - (5.840 + 1.650) = 8.960 - 7.490 = 1.470$$

Diversos argumentos têm surgido a favor e contra cada um dos sistemas:

Custeio Total

- Os resultados deste sistema decorrem da produção e das vendas.
- É importante quando se trata de vendas sazonais, pois permite regularizar os resultados da empresa ao longo do período.
- Os seus defensores alegam que a separação dos custos fixos dos custos variáveis poderá implicar custos adicionais, bem como entendem ser imprescindível os custos fixos para o processo de produção. No entanto, a repartição dos custos fixos e variáveis é viável segundo este sistema.

Custeio Direto

- Os resultados dependem das vendas.
- Os seus seguidores referem que os custos fixos podem não permitir um controlo mais eficaz do que seria desejável, particularmente porque os custos fixos geralmente são controláveis por uma entidade superior.
- Argumentam que têm uma visão mais prudente na avaliação dos stocks, uma vez que a imputação dos custos fixos e a produção em si poderá variar em períodos sucessivos.

Custeio Racional

- Os seus defensores adoptam-no dado que pensam estar a encontrar um sistema de equilíbrio relativamente aos anteriormente abordados.
- São considerados os custos variáveis e uma percentagem dos fixos, dado que também fazem parte do processo produtivo. O problema reside em determinar adequadamente a produção normal a partir da qual se vai realizar a proporção de custos fixos afectos à produção ou à actividade.

1.3. Demonstrações dos resultados, por natureza e por funções

A demonstração dos resultados tem como objetivo evidenciar os resultados (lucros ou prejuízos) obtidos na atividade desenvolvida pela empresa num determinado período.

A Demonstração dos Resultados é um quadro alfanumérico que contém informação reportada a um determinado intervalo de tempo, isto é a um período de tempo que medeia entre as datas do Balanço.

No que respeita à sua apresentação, e à semelhança do balanço, a norma também permite que se adicionem itens, títulos e subtotais, ao próprio mapa base, se tal for relevante para uma melhor compreensão do desempenho financeiro da entidade em causa.

De realçar o impedimento da norma na apresentação, pela entidade, de itens de rendimento e de gasto extraordinários, quer na própria demonstração dos resultados, quer no anexo, banindo desta forma, uma prática de classificação de certos factos, que à luz do POC, eram tidos como não correntes que, no entanto, irão continuar a acontecer.

Demonstração de resultados por natureza

A demonstração dos resultados deverá ser apresentada com base numa classificação por natureza, embora, adicionalmente, possa ser apresentada uma outra demonstração de resultados baseada numa classificação por funções.

A informação mínima a apresentar na demonstração dos resultados consta do respetivo modelo a publicar em Portaria. Assim, a demonstração dos resultados por naturezas, também em formato vertical, é apresentada no Quadro 4.

Entidade: DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYYY DE 200N			
		UNIDADE MONETÁRIA (1):	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos		+/-	+/-
Variação nos inventários da produção		+/-	+/-
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		-/+	-/+
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/-	+/-
Provisões (aumento/reduções)		-/+	-/+
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-/+	-/+
Aumentos/reduções de justo valor		+/-	+/-
Outros rendimentos e ganhos		+	+
Outros gastos e perdas		-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-/+	-/+
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-/+	-/+
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de Impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		-/+	-/+
Resultado líquido do período		=	=
(2)			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		=	=
Resultados por acção			

(1) O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Este último quadro apenas será preenchido no caso de contas consolidadas

Quadro 4 – Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos resultados por funções

Quando as entidades classificarem os gastos por funções, devem fazer acompanhar tal informação de um adicional sobre a natureza desses gastos, incluindo os gastos de depreciação, de amortização e com o pessoal.

Não nos parece que este parágrafo seja necessário, uma vez que o § 35 da NCRF 1, como já foi referido, permite de forma adicional, a elaboração de uma demonstração dos resultados por funções.

O conteúdo das rubricas da demonstração dos resultados por funções, de acordo com o novo plano de contas, parte integrante do SNC, é o apresentado no Quadro 5.

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1):

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
Resultado bruto		=	=
Outros rendimentos		+	+
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Impostos)		=	=
Gastos de financiamento (líquidos)		+	+
Resultado antes de Impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		-/+	-/+
Resultado líquido do período		=	=
(2)			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
		=	=
Resultados por acção			

(1) O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Este último quadro apenas será preenchido no caso de contas consolidadas

Quadro 5 - Demonstração dos Resultados por Funções

No Quadro 5, o conteúdo das contas será em cada caso concreto, o resultado da distribuição elaborada para as várias rubricas por natureza, de modo a refletir os reais custos das funções nele apresentadas.

1.4. Custos operacionais, funcionais e do exercício

Os resultados líquidos, ou resultado líquido do exercício, de acordo com a terminologia contabilística, são um resultado de natureza financeira que traduz a performance económico-financeira de uma determinada empresa ou entidade durante um determinado período de tempo.

Esse período de tempo corresponde normalmente a um ano, findo o qual uma das principais tarefas da contabilidade de uma empresa é precisamente o cálculo do resultado líquido do exercício.

Esse cálculo é o resultado de um processo multifaseado que se inicia com a identificação de todos os custos e proveitos imputáveis à empresa no período em causa. Tanto os custos como os proveitos têm naturezas diversas, podendo existir custos ou proveitos operacionais, financeiros e extraordinários.

Dentro dos custos operacionais, temos as rubricas de:

- Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas,
- Fornecimentos e serviços externos (subcontratos, eletricidade, combustíveis, comunicação, seguros, etc.),
- Impostos de carácter operacional,
- Custos com pessoal (remunerações, encargos com remunerações, seguros de acidentes de trabalho, etc.),
- Outros custos operacionais (onde são registados custos operacionais não

- enquadráveis nas rubricas anteriores),
- Amortizações do exercício (custos genericamente associados à depreciação ao longo do tempo dos elementos do ativo imobilizado) e
 - Provisões do exercício (com vista à prevenção de eventuais encargos ou perdas futuras).

A nível dos proveitos operacionais temos as rubricas de vendas (designadamente de mercadorias e produtos), as prestações de serviços, os proveitos suplementares (não diretamente ligados à atividade principal da empresa), os subsídios à exploração, os trabalhos para a própria empresa e outros proveitos operacionais não enquadráveis nas anteriores.

A diferença entre os proveitos operacionais e os custos operacionais designa-se habitualmente por resultados operacionais, sendo também estes um indicador importante para a avaliação da performance das empresas.

Dentro dos custos e perdas financeiras são registados encargos suportados pela empresa no período em causa que possuem natureza financeira, como sejam os juros suportados, diferenças de câmbio desfavoráveis, descontos de pronto pagamento concedidos, etc.

Do lado dos proveitos e ganhos financeiros temos rubricas como que opostas, ou seja, juros obtidos, diferenças de câmbio favoráveis, descontos de pronto pagamento obtidos, etc. A diferença entre os proveitos e os custos financeiro designa-se por resultados financeiros.

A soma dos resultados operacionais e financeiros, que concorrem para o cálculo do resultado líquido do exercício, denomina-se resultados correntes, no sentido em que resultam da atividade corrente da empresa.

As empresas podem ainda suportar custos e perdas extraordinários, assim denominados devido à sua imprevisibilidade, ou obter proveitos e ganhos extraordinários, que partilham a mesma característica, resultando da diferença entre os segundos e os primeiros os denominados resultados extraordinários.

O resultado líquido do exercício corresponde à soma dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários obtidos por uma empresa num determinado período, deduzida da previsão de Imposto sobre o rendimento (ex.: IRC) a entregar ao Estado e que se assume no fundo como um custo adicional.

O valor do resultado líquido de uma empresa é desde logo um indicador importante para a análise económica e financeira, nomeadamente quando analisado em termos relativos e evolutivos. Paralelamente, é utilizado para o cálculo de rácios de rendibilidade importantes, como a rendibilidade líquida das vendas, dos capitais próprios ou do ativo da empresa.